

## MULHERES MIGRANTES E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS NO BRASIL

Luciana Souza de Brito  
Universidade Federal do Rio Grande – FURG,  
e-mail: [lucyanabrito@yahoo.com.br](mailto:lucyanabrito@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente trabalho busca evidenciar o processo de migração de mulheres que pertencem à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, para o Brasil e o potencial registro dos documentos que retratam sua atuação como um patrimônio documental. Nesse sentido, com base na pesquisa bibliográfica e documental, apresenta elementos sobre a constituição da Congregação, na Holanda e sua expansão para diferentes países, dentre eles o Brasil. A partir dessa contextualização inicial se detalha a migração de representantes da Congregação para o Brasil, a partir de 1872, para discutir sobre a produção documental das irmãs franciscanas no desempenho de suas atividades, a qual pode ser considerada como um patrimônio documental que retrata aspectos importantes do contexto educacional nas cidades onde se instalaram. Conclui-se que a relevância desse acervo e sua caracterização enquanto um patrimônio documental decorre do entendimento que esses documentos permitem novos olhares sobre o contexto educacional, mas ainda sobre o contexto social e econômico das localidades em que as irmãs franciscanas se instalaram, pois o livro de crônicas, tipologia documental escolhida para caracterizar essa afirmativa, apresenta informações que permitem esses estudos e, portanto, necessita ser preservado.

**Palavras Chaves:** Imigração, Congregação das Irmãs Franciscanas, História das Mulheres, Patrimônio Documental

**RESUMEN:** El presente trabajo busca resaltar el proceso de migración de mujeres pertenecientes a la Congregación de Hermanas Franciscanas de la Penitencia y Caridad Cristiana, hacia Brasil y el registro potencial de documentos que retratan su actuación como patrimonio documental. En este sentido, a partir de una investigación bibliográfica y documental, presenta elementos sobre la constitución de la Congregación en Holanda y su expansión a diferentes países, incluido Brasil. A partir de esta contextualización inicial, se detalla la migración de representantes de la Congregación a Brasil, a partir de 1872, para discutir la producción documental de las hermanas franciscanas en el desempeño de sus actividades, que puede ser considerada como un acervo documental que retrata aspectos importantes de el contexto educativo en las ciudades donde se asentaron. Se concluye que la relevancia de este acervo y su caracterización como patrimonio documental radica en el entendimiento de que estos documentos permiten nuevas miradas sobre el contexto educativo, pero también sobre el contexto social y económico de los lugares donde se asentaron las hermanas franciscanas, desde la libro de crônicas, la tipología documental escogida para caracterizar esta afirmación, presenta información que permite estos estudios y, por tanto, necesita ser preservada.

**Palabras-clave:** Imigración, Congregación de Hermanas Franciscanas, Historia de las Mujeres, Patrimonio Documental

**ABSTRACT:** The present work seeks to highlight the process of migration of women who belong to the Congregation of Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity to Brazil and the potential record of documents that portray their performance as a documentary heritage. In this sense, based on bibliographic and documentary research, it presents elements about the constitution of the Congregation in Holland and its expansion to different countries, including Brazil. From this initial contextualization, the migration of representatives of the Congregation to Brazil, from 1872 onwards, is detailed to discuss the documentary production of the Franciscan sisters in the performance of their activities, which can be considered as a documentary heritage that portrays important aspects of the educational context in the cities where they settled. It is concluded that the relevance of this collection and its characterization as a documentary heritage stems from the understanding that these documents allow new perspectives on the educational context, but also on the social and economic context of the places where the Franciscan sisters settled, since the book of chronicles, the documentary typology chosen to characterize this statement, presents information that allows these studies and, therefore, needs to be preserved.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem por propósito o estudo do processo de migração de mulheres pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, para o Brasil, bem como o potencial de registro dos documentos que retratam sua atuação como um patrimônio documental.

Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como básica, e faz uso de pesquisa bibliográfica e documental, com uso de fontes documentais dos arquivos da Congregação.

Nesse sentido, a estrutura dessa pesquisa parte de apontamentos sobre a fundação da Congregação em Heythuysen, na Holanda, os quais são importantes para entender como a mesma foi estruturada, as unidades que fazem parte da mesma, etc.. Na sequência, foram abordados elementos sobre a migração de parte dessas mulheres para o Brasil, em 1872, visando atuar em atividades de ensino no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo.

A próxima unidade aborda a produção documental da Congregação das Irmãs Franciscanas e o seu potencial como patrimônio documental brasileiro. Diante do exposto foi realizada uma avaliação do acervo para identificar qual/quais tipologias tem potencial para ser/serem identificadas como patrimônio documental. Assim, chegou-se a conclusão que o livro de crônicas é um exemplo de documento que tem esse potencial, e para tanto escolheu-se o livro de crônicas da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM) como representante para uso nesta pesquisa.

Nesse contexto, pode-se afirmar que essa pesquisa tem relevância por abordar a produção de documentos por um grupo de mulheres, que escrevem sobre a sua trajetória, o que contribui com os estudos de gênero e em específico sobre a História Social e das Mulheres. Dessa forma, a produção documental das Irmãs Franciscanas é um produto da ação desse grupo de mulheres, as quais registram sua trajetória, histórias e memórias.

## **A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ E SUA FUNDAÇÃO: ASPECTOS FUNDAMENTAIS**

As origens da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã tem em Catarina Daemen sua fundação, a qual tem sua história registrada em poucas fontes. Segundo Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000), existem os dados decorrentes da crônica do Padre Pedro Van der Zandt, pároco de Heythuysen, na

Holanda, e os apontamentos das crônicas das próprias Irmãs, as quais foram colecionadas pela Irmã Lina Hoster. Brito (2021) destaca que em algumas obras, Catarina tem sua nomenclatura redigida como Catarina Daemen (em neerlandês), que, quando traduzida para o português, foi incorporada, em alguns casos, como Catarina Damen (fonética latina).

Catarina Daemen nasceu em 19 de novembro de 1787 em Ohé-em-Laak, em terras do Médio Limburgo, na Holanda. Teve uma longa trajetória dedicada ao atendimento do ensino religioso de crianças e trabalhos manuais junto ao vigário Pedro van der Zandt em Heythuysen, na Holanda. No entanto, pode-se afirmar que o início da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã remete ao ano de 1827, quando Ana Maria Verkroulen, Gertrudis Kirkels e Maria Catarina Deckers juntaram-se a Catarina Daemen, as quais desejavam constituir uma comunidade religiosa, a fim de compartilhar seu modo de vida e viver sob sua orientação (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000). A Figura 1 – Primeiras Irmãs da Congregação, traz um esboço dessas mulheres, pioneiras na formulação da Congregação que Madre Madalena almejava fundar. Na imagem, a primeira irmã de baixo para cima, seria Madre Madalena, a fundadora da Congregação.

Figura 1 – Primeiras Irmãs da Congregação



Fonte: COOLS; WINPERSEE, 1966, p. 40.

A partir dessa experiência a autorização formal para fundar a Congregação das Irmãs Franciscanas, foi dada pelo Bispo de Liége no ano de 1835.

Assim, considera-se que a Congregação foi formalmente fundada em 10 de maio de 1835, mesma data de criação do Convento dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria, denominando-se Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. A atuação de Madre Madalena junto à coordenação da Congregação durou apenas cinco anos e, em 1840, esta deixou o cargo em favor de Irmã Teresia Royackers.

A Congregação estruturou-se inicialmente criando comunidades, as quais formaram Províncias. Pode-se afirmar que em termos estruturais, a Congregação é composta por três Instituições: pela Casa Geral, sede da Congregação, por Províncias e por Comunidades. Assim, uma Província pode ser entendida como “el conjunto de várias casas religiosas, erigido canónicamente como provincia por la autoridad legítima. La provincia forma parte inmediata de un instituto, y posee personalidad jurídica pública” (LEXICON CANONICUM, [s/d], [s/p]). Assim, dentro da Província estão inseridas Comunidades que de forma resumida, são o conjunto de irmãs que vivem em comunhão.

Em alguns casos, a Comunidade não chega a ser estruturada, e configura-se como uma missão. A missão pode ser definida como um conjunto de pessoas com um encargo a cumprir, um propósito. As Províncias são regidas pelas Superiores Provinciais, identificadas como Ministras Provinciais. Para liderar a Província é formada uma equipe, nomeada pelo Conselho Geral da Congregação, contendo os seguintes cargos: Ministra Provincial, Assistente Provincial, Secretária Provincial, Econômica Provincial (BRITO, 2021).

Com o passar dos anos a Congregação expandiu suas atividades e passou a atuar em diferentes países, inclusive em outros continentes. Da sua criação na Holanda (1835), passou a desenvolver atividades na Alemanha (1852), além de outros países até chegar ao Brasil em 1872.

Ainda no que diz respeito a expansão da Congregação, em 1972, quando da comemoração dos 100 anos de instalação no Brasil a quantidade de comunidades em cada província era significativa e estava constituída conforme apresentado no Quadro 1: Quantitativos da Congregação das Irmãs Franciscanas em 1972

QUADRO 1: Quantitativos da Congregação das Irmãs Franciscanas em 1972

Província	Localização	Data de criação	Quantidade de comunidades/casas	Quantidade de irmãs
Divina Providência	Holanda, Heythuysen/Linburgo	1835	40	716
Maria Imaculada	Alemanha, Nonnenwerth/Rheno	1852	15	502
Maria Auxiliadora dos Cristãos	Polônia, Orlik	1867	13	143
Santíssima Trindade	Indonésia, Samarang/Java	1870	17	278
Sagrado Coração de Jesus	Brasil, São Leopoldo/Rio Grande do Sul	1872	32	627
Santo Nome	Estados Unidos, Stella Niagara/New York	1874	38	430
Sagrado Coração	Estados Unidos, Denver/Colorado	1939	14	138
São Francisco	Estados Unidos, Redwood City/Califórnia	1939	18	201
Cristo Rei	Alemanha, Ladinghausen/Westfalen	1948	14	441
Imaculado Coração de Maria	Brasil, Santa Maria/Rio Grande do Sul	1951	28	461

Fonte: a autora, com base em dados da PROVÍNCIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA (1972).

Diante do exposto chegou-se em 1972 a criação de dez (10) províncias, duzentas e vinte nove comunidades/casas (229) e três mil novecentos e trinta e sete (3.937) irmãs integrantes da Congregação. São números muito expressivos de atuação da Congregação, que demonstram o quanto a mesma cresceu e ramificou sua atuação ao longo dos anos em terras brasileiras.

Nesse contexto, Barin (2006, p. 22) descreve uma breve cronologia da atuação da Congregação desde sua criação, até o início do século XXI, apresentando algumas características de Madre Madalena, sua fundadora,

a Holanda era pequena demais para abrigar em seu seio o coração universal desta grande e santa mulher, cheia de fé e confiança, sábia, prudente, simples, modelo de escuta e bondade. A quatro continentes e doze países foram enviadas irmãs para sequência do trabalho iniciado por Madre Madalena: 1835 – Holanda; 1852 – Alemanha; 1867 – Polônia; 1870 – Indonésia; 1872 – Brasil; 1874 – Estados Unidos; 1954 – Itália; 1959 – Tanzânia; 1979 – Líbia; 1990 – México; 1995 – Guatemala; 1996 – Timor Leste; 2001 – Filipinas.

Atualmente (2022) a Congregação das Irmãs Franciscanas tem a seguinte estruturação geográfica:

- Itália: Casa Geral – Roma;
- Brasil: Província Sagrado Coração de Jesus – Porto Alegre – RS e Província Imaculado Coração de Maria – Santa Maria – RS;
- Indonésia: Província Santíssima Trindade – Semarang;
- Holanda: Comunidade Holandesa da Divina Providência de Heythuysen – Heythuysen;
- Alemanha: Província Maria Imaculada – Remagen e Província Cristo Rei – Lüdinghausen Redwood city;
- Estados Unidos: Província São Francisco – Califórnia, Província do Sagrado Coração – Denver – Colorado e Província do Santo Nome – Stella Niagara – New York e Missão em Chiapas – México;
- Polônia: Província Nossa Senhora Auxílio dos Cristãos – Brusy e Missão na Rússia Branca – Belarus;
- Tanzânia: Missão na Tanzânia com responsabilidade do generalato – Convento Santa Elizabeth – Biharamulo;
- Guatemala: Missão interprovincial (sob responsabilidade da Província do Sagrado Coração de Jesus, de Porto Alegre, Brasil);
- Argentina: missão;
- Timor Leste: missão. (DEUS CUIDA, [s/d], [s/p]).

Considerando essa caracterização inicial acerca da fundação e dos primeiros anos de desenvolvimento da Congregação, a próxima unidade vai abordar aspectos relacionados a migração para o Brasil de parte dessas mulheres, Irmãs Franciscanas, que atuavam no atendimento a crianças e adolescentes.

## **A MIGRAÇÃO DE REPRESENTANTES DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS PARA O BRASIL**

Especificamente sobre a atuação da Congregação no Brasil, pode-se afirmar que decorre de um pedido inicial realizado em 1868 à Superiora da Congregação, Madre Aloísia Lenders, pelo Padre jesuíta Guilherme Feldhaus.

Assim, a vinda das Irmãs Franciscanas para o Brasil, no ano 1872, ocorreu por meio da solicitação do Padre Guilherme Feldhaus, que habitava a região de São

Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul (RS), e atendia a comunidade de imigrantes alemães residentes na região (PLASSMAN, 1935). Nesse contexto, sob o regime monárquico, no Estado brasileiro, destacavam-se as ações relacionadas ao ensino pelos jesuítas. Gumieiro (2013, p. 76) enfatiza que,

entre as congregações chegadas, uma das únicas a não ter sido solicitada por um bispo, foi a das Irmãs franciscanas da penitência e caridade cristã [sic]. Estas foram chamadas pelo superior jesuíta das missões riograndenses, que gostaria de constar com sua colaboração para o trabalho com as crianças filhas de imigrantes alemães, mesmo a ordem sendo de origem holandesa.

Nesse contexto, Brito (2010), afirma que a primeira solicitação realizada em 1868 à Superiora da Congregação, Madre Aloísia Lenders, pedindo duas irmãs para se dedicarem à educação da juventude feminina foi negada, pois, de acordo com Silva (1997, p. 20), “Madre Aloísia rejeitou a proposta de enviar somente duas, porque seria um número insuficiente para formar uma comunidade religiosa”.

Posteriormente, em 1870 um novo pedido foi realizado e, então, obteve-se êxito, sendo enviadas seis Irmãs Franciscanas. Esse pedido foi autorizado tendo em vista a influência das políticas de Estado da Alemanha, pois começava a imperar o “Kulturkampf” naquele país. O termo alemão refere-se ao evento cultural na Alemanha decorrente do conflito entre o Reino da Prússia, posteriormente Império Alemão sob a figura do chanceler Otto van Bismark, e a Igreja Católica com o Papa Pio IX. (DICIONÁRIO EDUCALINGO, [s/d]). Na prática, esse movimento foi traduzido por leis, decretadas pelo chanceler Otto van Bismark, que restringiam as atividades das religiosas nas escolas, sendo algumas destas inclusive fechadas.

Durante o “Kulturkampf”, na Alemanha, os jesuítas foram acusados de serem ‘agentes diretos a serviço de Roma’, isto é, considerou-se que a Igreja estava atuando com um papel de ingerência sobre as ações do Estado nacional. Assim, estes foram expulsos do país (RAMBO, 2002). Nesse contexto, Rupolo (2001, p. 90) explica que “as Irmãs Franciscanas tiveram cerceados seus espaços de atuação nas escolas podendo permanecer somente nos hospitais[...]. Restava-lhes como alternativa buscar outras formas ou locais de trabalho”.

Considerando essas mudanças, o noviciado, que corresponde ao período de formação e preparação da candidata junto a Congregação, instalado na Alemanha teve de ser transferido para Heythuysen, na Holanda, a fim de continuar com o desenvolvimento de suas atividades (BRITO, 2021).

Dessa maneira, o “Kulturkampf” acabou modificando a atuação das Irmãs Franciscanas e promovendo a sua expansão para outros países, onde, enfim, pudessem desenvolver suas atividades no âmbito do ensino e da saúde.

A Figura 02 traz um esboço da primeira casa que serviu de residência para as Irmãs Franciscanas que se estabeleceram no Brasil. Esse esboço é o único registro que se tem sobre a estrutura predial que abrigou as irmãs na cidade de São Leopoldo - RS, e demonstra a simplicidade das acomodações recebidas para iniciar o desenvolvimento de suas atividades.

Figura 02 – Residência inicial das Irmãs Franciscanas em São Leopoldo, RS



Fonte: Seara de Luz, 1971, p. 26.

As atividades desenvolvidas pelas Irmãs Franciscanas iniciaram logo após sua chegada no município, tanto que no dia 5 de abril de 1872 teve início as aulas para as primeiras 23 alunas. Essas instalações foram pouco a pouco melhoradas, as Irmãs foram alugando prédios, reformando-os e fazendo novas instalações de ensino, tendo em vista o aumento do número de alunas e o recebimento de donativos provenientes do auxílio de brasileiros e da Congregação na Europa. Essa expansão foi considerável pois no encerramento do ano letivo de 1873 as Irmãs contavam com 120 alunas matriculadas junto ao Colégio São José. (COLÉGIO SÃO JOSÉ, [s/d]).

O nome do estabelecimento de ensino tem sua origem em um episódio ocorrido durante a viagem das Irmãs Franciscanas para o Brasil. Ao final de três semanas de viagem no navio ‘Poitou’, proveniente de Marselha (França), as irmãs chegaram ao Rio

de Janeiro e, para continuarem a viagem até o Rio Grande do Sul, embarcaram em outro navio, denominado ‘Calderón’ (BRITO, 2021).

No decorrer da viagem, problemas atingiram a embarcação, que teve seu leme quebrado e precisou ser rebocado de volta ao Rio de Janeiro. Assim, as irmãs recorreram em oração à São José, pedindo que as salvassem. Tendo o pedido atendido, em retribuição, o primeiro colégio fundado na cidade de São Leopoldo recebeu o nome de Colégio São José (FLESCH, 1993) e (SILVA, 1997).

O Colégio São José funcionou durante 50 anos às margens do Rio dos Sinos, ao lado do Ginásio Conceição, dos padres jesuítas. E, no ano de 1923 ocorreu a mudança do estabelecimento para a Colina do Monte Alverne, local em que está até os dias de hoje (COLÉGIO SÃO JOSÉ, [s/d]). As Figuras 03 e 04 trazem registros do prédio do Colégio São José, em dois momentos históricos diferentes, em 1935 e na atualidade.

A Figura 03 - Prédio do Colégio São José, da Província de São Leopoldo, RS, 1935



Fonte: PLASSMAN, 1935, p. 289.

A Figura 04 - Prédio do Colégio São José, da Província de São Leopoldo, RS, fase atual



Fonte: COLÉGIO SÃO JOSÉ, [s/d].

Após a instalação da comunidade de São Leopoldo, no RS, novas comunidades foram formadas ampliando a atuação das Irmãs Franciscanas no Brasil. Dessa forma, as comunidades brasileiras foram distribuídas entre duas Províncias: Sagrado Coração de Jesus e Imaculado Coração de Maria, e em 1972, ano do centenário da sua instalação no Brasil estava assim distribuída:

a) Província Sagrado Coração de Jesus (localidade e nome da(s) comunidade(s)):

- Bom Jesus (RS): Hospital Bom Jesus, Escola Nossa Senhora de Fátima.
- Camaquã (RS): De ação social.
- Canoas, Vila Rio Branco (RS): Escola da Imaculada.
- Estrela (RS): Colégio Santo Antônio, Hospital Estrela.
- Itapuã (RS): Hospital-Colônia Itapuã.
- Porto Alegre (RS): Residência Madre Ana, Orfanato Nossa Senhora da Piedade, Comunidade João XXIII, Comunidade Francisco de Assis (Fac. de Enf.), Instituto Nossa Senhora Medianeira, Pia Instituição P. Ch. Barcellos e anexo Instituto Nossa Senhora Medianeira, Ginásio Santa Família, Ginásio Santa Clara, Hospital Santo Antônio, Escola São Miguel, Comunidade Santa Teresinha.
- Santa Cruz do Sul (RS): Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, Hospital Santa Cruz.
- São Leopoldo (RS): Colégio São José e Escola Superior de Música, Sanatório Santa Elisabeth, Hospital Centenário, Creche Nossa Senhora Medianeira, Convento Monte Alverne.
- Tramandaí (RS): Hospital Mario Totta.
- Tupandí (RS): Escola São Francisco e anexo, Hospital São José.
- Viamão (RS): Seminário Nossa Senhora da Conceição.
- São Martinho (Santa Catarina/SC): Ginásio Estadual Deputado Eptácio Bittencourt (SEARA DE LUZ, 1971).

b) Província Imaculado Coração de Maria (localidade e nome da(s) comunidade(s)):

- Bagé (RS): Colégio Espírito Santo, Santa Casa de Misericórdia.
- Canguçu (RS): Escola Normal Nossa Senhora Aparecida.
- Cruz Alta (RS): Escola Normal Santíssima Trindade, Hospital Santa Lúcia.
- Jaguarão (RS): Escola Normal Imaculada Conceição, Santa Casa de Caridade, Lar das Meninas Felisbina Leivas.
- Pelotas (RS): Instituto Nossa Senhora da Conceição, Santa Casa de Misericórdia e anexo, Casa Sagrada Família (Laranjal), Asilo de Mendigos.

- Rio Grande (RS): Santa Casa.
- Santa Maria (RS): Convento São Francisco de Assis, Colégio Sant’Ana e Faculdade de Filosofia, Hospital de Caridade Doutor Astrogildo de Azevedo, Faculdade de Enfermagem, Educandário São Vicente de Paulo.
- Santa Rosa (RS): Escola Normal Santa Rosa de Lima, Hospital de Caridade.
- São José do Inhacorá (RS): Hospital São Francisco de Assis e anexo.
- Três Passos (RS): Seminário Franciscano.
- São Paulo das Missões (RS): Hospital de Caridade São Paulo.
- Dourados (Mato Grosso/MT): Colégio Imaculada Conceição.
- Itaporã (MT): Hospital Beneficente de Itaporã.
- Brasília (Distrito Federal/DF): Escola Normal Nossa Senhora de Fátima e anexo, Casa Madre Madalena (Brasilândia).
- Guaíra (Paraná/PR): Educandário Nossa Senhora do Carmo (SEARA DE LUZ, 1971).

Ao longo dos anos ajustes foram sendo realizados pela Congregação, algumas comunidades foram encerradas e/ou criadas visando o aproveitamento dos recursos humanos e materiais. Para realizar um melhor gerenciamento dos imóveis e propriedades da Congregação em suas diferentes comunidades foi criada em 1903 a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis (SCALIFRA), pois até o momento, estes ficavam registrados em nome de uma das Irmãs.

Os antecedentes da criação da SCALIFRA partem de uma conversa das Irmãs com o Bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, responsável pela Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde 1890, o qual as autorizou, por meio da Portaria s/n, de 6 de maio de 1902, a encaminharem o assunto (FLESCHE, 1993). Por meio desta Portaria as Irmãs Franciscanas receberam autorização para utilizarem a Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893, a qual dispõe entre outras questões sobre a possibilidade de as instituições religiosas poderem firmar personalidade jurídica.

Em 16 de maio de 1903 foi publicado o primeiro Estatuto da SCALIFRA, na página 3, sob a edição n. 113, no jornal “A Federação”, com o título “Declarações para efeitos da Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893”. A primeira diretora foi Sophia Hellwig, e teve como membros do Conselho Administrativo: Anna Moeller, Carolina Hack, Catharina Scheid e Isabel Crenner (BRITO, 2021).

Na década de 1950 a mantenedora foi dividida em: SCALIFRA Zona Central (SCALIFRA-ZC), localizada em São Leopoldo, e SCALIFRA Zona Norte (SCALIFRA-ZN), localizada em Santa Maria, ambas no estado do Rio Grande do Sul. A data de

constituição da SCALIFRA-ZN, registrada em seu Estatuto é 31 de dezembro de 1951. Segundo Rupolo (2006, p. 15-16),

a organização da SCALIFRA-ZN caracteriza-se por permanente dinamicidade. Abrigou, inicialmente, a administração das instituições de educação, de saúde hospitalar e de assistência social da Província do Imaculado Coração de Maria. A partir de 1999, os hospitais e atividades de assistência em saúde ficaram sob responsabilidade da Sociedade Franciscana de Assistência à Saúde – SEFAS, cujas finalidades específicas são de atenção à saúde. A União Franciscana de Cultura e Caridade Cristã, desde o ano 2000, atende à pastoral e aos serviços de evangelização. Atualmente a SCALIFRA-ZN ocupa-se somente das instituições educacionais para melhor atender a suas finalidades na educação básica e superior, tendo em vista primar pelos padrões de qualidade educacional. Essa organização favorece o aperfeiçoamento da gestão e torna mais ágil a administração.

Nesse contexto a organização dessa Instituição jurídica, enquanto mantenedora das Comunidades criadas no Brasil, é um ponto de destaque nas ações da Congregação. Em continuidade ao desenvolvimento da Congregação, em 2018, por meio da SCALIFRA-ZN, junto à Província do Imaculado Coração de Maria, tem atuação as seguintes Instituições de educação básica: Escola de Ensino Fundamental São Francisco de Assis – Pelotas – RS; Colégio Franciscano Sant’Anna – Santa Maria – RS; Colégio Franciscano Espírito Santo – Bagé – RS; Colégio Franciscano Santíssima Trindade – Cruz Alta – RS; Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida – Canguçu – RS; Escola Franciscana Imaculada Conceição – Dourados – MS; Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima – Brasília – DF; Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo – Guaíra – PR. E, no ensino superior, a Universidade Franciscana – Santa Maria – RS. (BRITO, 2021).

Pode-se afirmar que essa expansão é fruto da dedicação das Irmãs Franciscanas no desempenho de suas atividades no campo da educação e da saúde, e nesse processo diferentes registros foram sendo produzidos. Esses registros são importantes fontes documentais sobre a Congregação, mas também podem ser utilizados com outros fins. Diante do exposto a próxima unidade vai abordar a produção documental da Congregação das Irmãs Franciscanas.

## **A PRODUÇÃO DOCUMENTAL DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS: UM PATRIMÔNIO DOCUMENTAL A SER PRESERVADO**

Com relação aos documentos produzidos no desempenho das atividades das Irmãs Franciscanas nas diferentes comunidades criadas no Brasil, pode-se afirmar que algumas tipologias foram amplamente produzidas e de forma igualitária, independentemente do local de instalação e tipo da comunidade.

Nesse contexto, a tipologia documental refere-se à configuração que assume o documento tendo em vista a estrutura formal que assume e a soma das funções e/ou atividades a que se destina. Ou seja, a estrutura formal do documento e o propósito para o qual o mesmo foi criado.

Nesse sentido são exemplos de tipologias produzidas pelas comunidades das Irmãs Franciscanas no Brasil: atas de reuniões, livro de crônicas, fotografias com registro das atividades educacionais, assim como documentos específicos relacionados ao fazer educacional das escolas sob supervisão das respectivas comunidades, tais como ofícios, memorandos, relatórios, etc..

Tendo em vista a variedade de documentos produzidos no desenvolvimento das atividades educacionais das Irmãs Franciscanas, foi necessário realizar uma avaliação para entender qual/quais documento(s) pode(m) vir a ser considerado como um patrimônio documental.

O conceito de patrimônio documental, no âmbito do Brasil, está associado ao conceito de patrimônio cultural. Assim, no caso brasileiro, a preservação do patrimônio cultural está expressa na Constituição Federal (1988) e legislação ordinária.

A Constituição reconhece que o patrimônio cultural do povo brasileiro faz parte de sua identidade e da diversidade cultural do país. Dessa forma, o patrimônio cultural tem relevância para toda a sociedade brasileira e constitui-se numa categoria que abrange bens de naturezas diversas, os quais podem se classificar como bens materiais ou imateriais, móveis ou imóveis, públicos ou privados (BRITO, 2010).

O patrimônio cultural brasileiro é definido no art. 216 da Constituição Federal de 1988 ([s/p]) como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Assim, podem ser formas de expressão:

- os modos de criar, fazer e viver;
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Dessa forma, com vistas à proteção do patrimônio cultural brasileiro, o Poder Público efetua registros, inventários, vigilância, tombamento e desapropriação de bens.

Diante do exposto, o conceito de patrimônio cultural caracteriza-se pela sua amplitude, o que permite abrigar diferentes bens de valor material e imaterial. Nesse sentido, fazem parte do conjunto de bens materiais os documentos, independentemente de seu formato e suporte, caracterizados como um patrimônio documental.

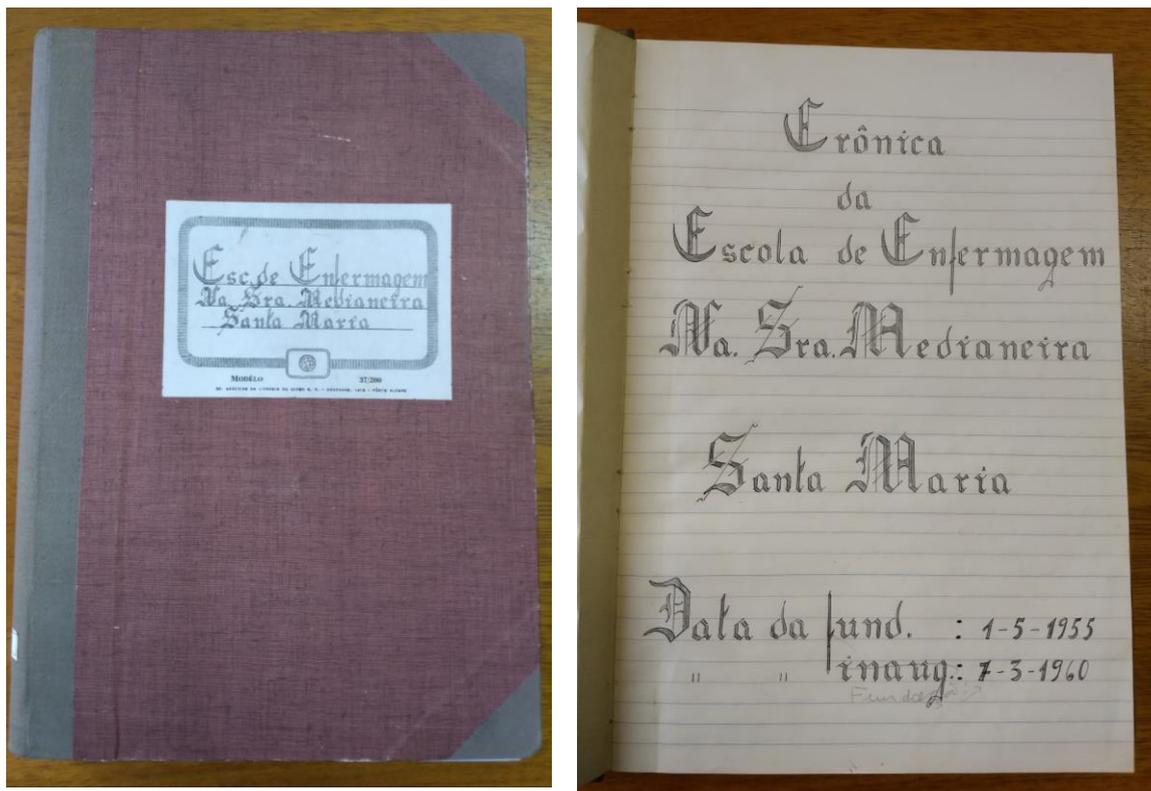
Segundo Miranda (2006, p. 67) o patrimônio documental é “[...] formado por documentos que constituem acervo e fonte de comprovação de fatos históricos e memoráveis [...]”.

Um exemplo de tipo documental específico, produzido pelas Irmãs Franciscanas é o livro de crônicas, material produzido como uma memória das ações desenvolvidas pela comunidade.

Esse material contém informações preciosas sobre a atuação da comunidade das Irmãs Franciscanas, mas também aspectos sobre a localidade, seu entorno, que podem promover estudos sobre questões de ordem política, econômica e social. Em termos estruturais corresponde a um caderno, que a partir da identificação na capa e folha de rosto da comunidade a que pertence, tem relatos manuscritos sobre fatos e histórias que dizem respeito aquela comunidade de Irmãs Franciscanas.

As Figuras Figura 05 e 06 – Imagem da capa e folha de abertura do Livro de crônicas da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), inseridas a seguir trazem o registro de um livro de crônicas desta instituição de ensino superior.

Figuras 05 e 06 – Imagem da capa e folha de abertura do Livro de crônicas da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM)



Fonte: A autora com base em Arquivo da Província Imaculado Coração de Maria, 2022.

É plausível afirmar que esse material em específico, o livro de crônicas, pode ser identificado como um patrimônio documental, pois apresenta as características apontadas por Miranda (2006). O livro de crônicas produzido por cada Comunidade das Irmãs Franciscanas traz entrelaçado no relato do cotidiano das Irmãs momentos históricos das localidades onde se inserem e, portanto, são fontes documentais que precisam ser preservadas.

Cita-se como exemplo o registro intitulado “1964”, do livro de crônicas da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, onde há fragmentos que expressam o contexto histórico no mundo e no Brasil naquele momento.

O primeiro exemplo refere-se ao contexto histórico mundial, onde o documento apresenta que: “O ano em curso ‘1964’ trouxe-nos, já nos seus primeiros dias, notáveis acontecimentos no cenário mundial. Dentre os quais citam-se a histórica viagem de Paulo VI a Terra Santa, no dia 4 de janeiro. [...]” (ESCOLA NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1960-1964, [s/n]). Assim, cita a viagem realizada pelo representante máximo da Igreja Católica Apostólica Romana na época, Papa Paulo VI.

O segundo exemplo registra um acontecimento histórico brasileiro, a revolução militar de 1964. Esse acontecimento é caracterizado como um golpe de Estado, onde o

presidente brasileiro João Goulart foi deposto por um golpe militar de 31 de março a 1º de abril de 1964, dando início a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Essa ação teve consequências em diferentes esferas do poder, o que pode ser percebido no relato das Irmãs Franciscanas, com a alteração dos representantes do poder municipal.

[...] A revolução militar de 31 de março desbaratou a vergonhosa tramitação dos nossos governantes. O prefeito e o vice-prefeito de S. Maria também foram demitidos. Assumiram o governo da Prefeitura: Dr. Miguel Meirelles e Dr. Francisco Pereira. [...] (ESCOLA NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1960-1964, [s/n]).

Diante do exposto percebe-se a relevância destas fontes documentais, e seu potencial para realização de pesquisas acadêmicas e/ou científicas, motivo pelo qual podem ser caracterizados como parte do patrimônio documental no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os registros produzidos pelas Irmãs Franciscanas a partir de documentos textuais e imagens fotográficas são fontes documentais preciosas para o entendimento da trajetória da Congregação no Brasil, mas também contém aspectos relevantes sobre o contexto social, econômico e educacional nas localidades onde as mesmas estavam inseridas.

São fontes documentais, com variadas tipologias, que podem ser utilizadas em diferentes pesquisas, pois os dados ali presentes não dizem respeito apenas as ações da Congregação. Nesse sentido, por sua vasta possibilidade de utilização e pelo teor das informações ali inseridas, estes registros podem ser considerados como parte do patrimônio documental brasileiro. Um exemplo específico diz respeito ao tipo documental livro de crônicas da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, o qual foi citado nesse trabalho.

Um outro fator que evidencia ainda mais a relevância dessas fontes documentais diz respeito a sua produção por um grupo de mulheres, que escrevem sobre a sua trajetória, o que contribui com os estudos de gênero e em específico sobre a História Social e das Mulheres. Conforme destaca Sandoica (2004) é dentro da História Social que foram inseridos os estudos sobre as mulheres na história, portanto a produção documental das Irmãs Franciscanas é um produto da ação desse grupo de mulheres, as quais registram sua trajetória, histórias e memórias.

E ainda, pode-se afirmar que tem importância por abordar a trajetória, histórias e memórias de uma congregação religiosa formada por mulheres, contribuindo com estudos que tenham a temática eclesial como propósito.

## REFERÊNCIAS

ACKERMANS, Gian; OSTERMANN, Ursula; SERBACKI, Marly. **Chamadas pela bondade de Deus**. História das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no século XX. Trad. Benícia Flesch. Estados Unidos, Stella Niagara: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, 2000.

BARIN, Nilsa Teresinha Reichert (Org.) **Scalifra ZN: conquistas e perspectivas na educação**. Santa Maria: Unifra, 2006. 205 p.

BRITO, Luciana Souza de. **Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano (1955-1980)**. 2010. 256 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

BRITO, Luciana Souza de. **Irmãs Franciscanas em Santa Maria – RS: Uma Congregação de Mulheres Empreendedoras no Ensino Superior (1953-2018)**. 2021. 423p. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

COLÉGIO SÃO JOSÉ. **Nossa história**. [s/d]. Disponível em: <[http://www.saojosesl.com.br/submenu\\_single.php?idSubMenu=28&nmMenu=INSTITUCIONAL](http://www.saojosesl.com.br/submenu_single.php?idSubMenu=28&nmMenu=INSTITUCIONAL)>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COOLS, Angelita; WINPERSEE, Hildegard Van de. **Madre Madalena Daemen e sua congregação: irmãs franciscanas da penitência e caridade cristã**. Heythuysen: Terceira Ordem Regular de São Francisco, 1966. 195 p.

DEUS CUIDA. **Onde estamos**. [s/d]. Disponível em: <<http://deuscuida.com/onde-estamos/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

EDUCALINGO. **Dicionário**. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-de/kulturkampf>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

FLESCH, Benícia. **Seguindo passo a passo, uma caminhada**. História da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil. Porto Alegre: Metrópole, 1993. 239 p.

GUMIEIRO, Fabio. As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil Colônia e Império. In: **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 46, Curitiba, p. 63-78, 2013.

LEXICON CANONICUM. **Província religiosa**. Disponível em: <<http://www.lexicon-canonicum.org/materias/vida-consagrada-y-sociedades-de-vida-apostolica/provincia-religiosa/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **A tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PLASSMAN, Thomas. **Mother Magdalen Daemen and her Congregation.** 1835-1935. Stella Niagara, NY: Guillelmus Turner, 1935.

PROVÍNCIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Breve Histórico das Casas da Nossa Província.** Recordando com gratidão os 100 anos de atividades no Brasil (1872-1972), [S.l]: [s.n], 1972. [s/i]p.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. **História: Questões & Debate**, v. 36, n. 1, Editora UFPR, p. 279-304, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2696>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RUPOLO, Irani. Missão educacional franciscana. In: BARIN, Nilsa Teresinha Reichert (Org.). **SCALIFRA-ZN: conquistas e perspectivas na educação.** Santa Maria: UNIFRA, 2006, p. 11-16.

\_\_\_\_\_. Irmãs Franciscanas no Rio Grande do Sul e compromisso educacional. In: **Vidya**, Edição Especial, SCALIFRA-ZN 50 anos, julho 2001, p. 83-98.

SANDOICA, Elena Hernandez. **Tendencias historiográficas actuales: escribir historia hoy.** Espanha/ Madrid: Akal, 2004.

SEARA DE LUZ. **100 anos de atividade da Congregação das Irmãs Franciscanas no Brasil 1872-1972.** Porto Alegre: [s.n.],1971. 57 p.

SILVA, Maria Virgínia dos Santos. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição” FIC: 1955-1995: 40 anos de história.** Santa Maria: Pallotti, 1997.